

2

2

DEZEMBRO, 1974

CADERNOS

DCP

DEPARTAMENTO
DE CIÊNCIA POLÍTICA

FACULDADE DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CADERNOS DCP

CADERNOS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

DEZEMBRO DE 1974

NÚMERO 2

Sumário

ARTIGOS:

- A COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS IMPERIAIS
José Murilo de Carvalho 1
- BRASIL: "ESTADO E SOCIEDADE" EM PERSPECTIVA – *Fábio Wanderley Reis* 35
- RELAÇÕES ENTRE UNIÃO SOVIÉTICA E AMÉRICA LATINA – *Majori José Pompermayer e Benício Viero Schmidt* 75
- NOTA SOBRE OS CONDICIONANTES POLÍTICOS DO PLANEJAMENTO URBANO – *Antônio Octávio Cintra* 115

ESCREVEM NESTE NÚMERO:

JOSÉ MURILO DE CARVALHO, professor do Departamento de Ciência Política, mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade de Stanford.

FÁBIO WANDERLEY REIS, professor do Departamento de Ciência Política, mestre em Sociologia pela FLACSO, doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard.

MALORI JOSÉ POMPERMAYER, professor do Departamento de Ciência Política, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e pela Universidade de Stanford, terminando o doutorado em Ciência Política pela Universidade de Stanford.

BENÍCIO VIERO SCHMIDT, professor do Departamento de Ciência Política, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e pela Universidade de Stanford, terminando o doutorado em Ciência Política pela Universidade de Stanford.

ANTÔNIO OCTÁVIO CINTRA, professor do Departamento de Ciência Política, mestre em Sociologia pela FLACSO, terminando o doutorado em Ciência Política pelo MIT.

✧

As opiniões emitidas em artigos e comentários assinados são de responsabilidade dos respectivos autores.

☆

Endereço para correspondência:

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
Rua Carangola 288, 3.º andar
30 000 – Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil

A composição social dos partidos políticos imperiais

José Murilo de Carvalho

O problema da composição social dos partidos políticos imperiais, o Conservador, o Liberal e o Republicano, é um bom exemplo de certos problemas de política brasileira sobre os quais as mais diversas opiniões existem sem que, no entanto, ninguém se tenha dado ao trabalho de apoiar suas hipóteses em evidências empíricas. Predomina na área o velho ensaísmo, às vezes útil e frequentemente brilhante, mas que já está a pedir merecida aposentadoria. O presente trabalho pretende retomar o tema e dar-lhe um tratamento mais rigoroso na esperança de dar um passo à frente na análise histórica da política imperial.

O problema não é irrelevante. Por trás das opiniões divergentes sobre a composição dos partidos imperiais se encontram, aberta ou disfarçadamente, concepções sobre a estrutura social do Império e, principalmente, sobre a natureza do poder político imperial. Para quase todos os autores, a composição social dos partidos políticos vai refletir-se na ideologia partidária e, conseqüentemente, no comportamento político dos membros dos partidos. Esta própria seqüência causal – origem social – ideologia – comportamento – já envolve sérios problemas teóricos e metodológicos, quase nunca explicitados pelos autores. Mas, mesmo não discutindo estes problemas, como é o caso do presente trabalho, um tratamento mais fundamentado da questão já pode contribuir para aclarar as divergências existentes.

Mesmo sem fazer um levantamento exaustivo das várias teses a respeito da origem social e da ideologia dos partidos imperiais, podemos relacionar três posições radicalmente distintas. Há os que negam qualquer diferença entre os partidos, principalmente o Conservador e o Liberal; há os que os distinguem em termos de classe social; há os que os distinguem por outras características, como a origem regional ou a origem rural ou urbana. Damos a seguir um resumo destas posições. Como qualquer resumo, este corre o risco de não fazer completa justiça aos vários autores. Pelo menos esperamos indicar a direção principal do pensamento de cada autor.

Entre os autores que negam qualquer diferença substancial entre os partidos imperiais podemos citar Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Nestor Duarte, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Vicente Licínio Cardoso.¹⁾ Caio Prado Júnior admite certo conflito entre o que ele chama de burguesia reacionária, representada pelos donos de terra e senhores de escravo, e a burguesia progressista representada pelo comércio e pela finança. Mas, segundo ele, esta divergência não se manifestava através da estrutura partidária. As duas correntes se misturavam nos dois partidos, apesar de certa preferência dos retrógrados pelo Partido Conservador.²⁾ Nestor Duarte e Maria Isaura consideram os partidos Conservador e Liberal como simples representantes de interesses agrários que, segundo estes autores, dominavam a política imperial. Nestor Duarte chega a admitir certa diferença entre liberais e conservadores mas apenas ao nível ideológico, querendo dizer com isto que a diferença e os eventuais conflitos eram puramente intelectuais e gratuitos, sem vinculação com problemas concretos.³⁾ Vicente Licínio Cardoso critica Rio Branco e Joaquim Nabuco por terem eles interpretado a história política do Segundo Reinado apenas em termos da luta entre os partidos Liberal e Conservador. Para ele este conflito era falso pois ambos os partidos representavam os interesses da escravidão sem que os separasse divergência real. Somente com o surgimento do Partido Republicano, segundo Vicente Licínio Cardoso, o povo (sic) passa a ser representado no parlamento.⁴⁾

Entre os que admitem diferença na origem social dos membros dos partidos imperiais, podemos citar Raimundo Faoro, Azevedo Amaral e Afonso Arinos de Melo Franco. Mas a diferença não é a mesma para os três autores. Faoro vê no Partido Conservador o representante do estamento burocrático que, segundo ele, tanta importância teve e tem na evolução política do país. Os liberais representariam os interesses agrários, opostos aos avanços do poder central promovido pela burocracia.⁵⁾ Já Azevedo Amaral vê nos conservadores os representantes dos interesses rurais e nos liberais a voz de grupos intelectuais e de outros grupos marginais ao processo

produtivo tais como os mestiços urbanos.⁶⁾ Por fim, Afonso Arinos considera os liberais como representantes da burguesia urbana, dos comerciantes, dos intelectuais e dos magistrados. O Partido Conservador representaria os interesses agrários, principalmente os interesses cafeeiros do Rio de Janeiro.⁷⁾

Próxima da posição de Azevedo Amaral está a formulação anterior de Oliveira Vianna que, embora não distinga socialmente os dois partidos monárquicos, vê certa distinção ideológica entre ambos. O “idealismo utópico” de que fala este autor, de acordo com seus próprios exemplos, seria mais próprio dos liberais, posteriormente dos Republicanos. Como exemplos de idealismo utópico, de política silogística, ou de construção no vácuo, Oliveira Vianna cita o Código de Processo Criminal de 1832, e as posições de Tavares Bastos, Teófilo Ottoni, Tito Franco, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e de outros pelo estilo, todos corifeus do liberalismo. O “idealismo orgânico”, por outro lado, seria representado por Vasconcelos, o fundador do Partido Conservador. Mas Oliveira Vianna não formulou esta diferença claramente em termos de partidos políticos. E as diferenças ideológicas não se prenderiam também a diferenças de origem social.⁸⁾

Finalmente, Fernando de Azevedo e João Camilo de Oliveira Torres vêem uma distinção de tipo rural-urbano nos partidos Conservador e Liberal. Para ambos, o Partido Liberal representaria grupos urbanos e o Partido Conservador grupos rurais, algo à maneira de Azevedo Amaral.⁹⁾ Por grupos urbanos, Fernando de Azevedo entende bacharéis, intelectuais, pequena burguesia, padres, militares, mestiços. A alta burguesia urbana estaria aliada aos grupos rurais. Em termos de ideologia, estes grupos urbanos se caracterizariam por um pensamento alienado, importado, do tipo silogístico de que fala Oliveira Vianna. O pensamento adaptado e flexível viria do lado conservador e rural.

É curioso, e um tema de estudo em si, como a mesma realidade pôde produzir percepções tão distintas em autores que estão entre os melhores intérpretes da realidade brasileira. Além de variarem radicalmente as afirmações sobre a composição social dos partidos imperiais, esta variação tem por base concepções totalmente diversas sobre a estrutura social e o sistema de poder vigente no Império. Estas concepções vão desde o império burguês de Caio Prado, com setores reacionários e progressistas, à sociedade patriarcal de Nestor Duarte; ao domínio do latifúndio de Maria Isaura; à predominância do estamento burocrático de Faoro; à sociedade escravista de Vicente Licínio Cardoso; à visão quase feudal de Oliveira Vianna. Os partidos são forçados a refletir estas variadas concepções assumindo também as mais diversas fisionomias como acabamos de ver.

Não se trata, certamente, de dizer que todos estes autores estavam enganados. Parece-nos antes que a divergência de opiniões provém do fato de que a própria realidade da política imperial era em si complexa e apenas alguns aspectos desta realidade foram levados em conta pelos autores citados, em parte devido a premissas teóricas inadequadas, em parte por falta de maior preocupação com o embasamento empírico das afirmações. Não pretendemos aqui solucionar definitivamente as divergências mas apenas fornecer indicações mais fundamentadas sobre o que nos parece ter sido a real configuração dos partidos imperiais.

As limitações de nosso trabalho provém do tipo de dados disponíveis, tanto sobre a origem social dos políticos imperiais como sobre a ideologia dos mesmos. A qualidade dos dados de origem social e ocupação será discutida adiante. Quanto ao problema da ideologia, um exame mais acurado deste ponto exigiria extensa análise de discursos e escritos, o que excede as pretensões de um trabalho como o presente. Limitar-nos-emos aos programas oficiais dos partidos e à posição manifesta dos principais líderes partidários.

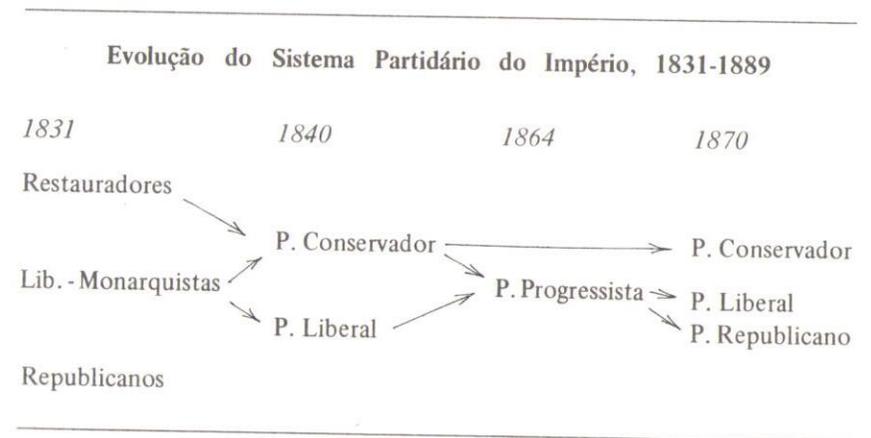
Antes de iniciar a análise dos dados, porém, parece-nos útil proceder a uma breve descrição da evolução do sistema partidário durante o Império.¹⁰⁾

Até 1837 não se pode falar em partidos políticos no Brasil. As organizações políticas ou pára-políticas que existiram antes da independência eram do tipo sociedade secreta, a maioria sob influência maçônica. Logo após a Abdicação formaram-se sociedades mais abertas, tais como a Sociedade Defensora, a Sociedade Conservadora, e a Sociedade Militar. Mas todas estas sociedades foram organizações *ad hoc*, girando em torno do problema político criado pela Abdicação. Uma vez morto o ex-imperador e reformulado o arranjo constitucional pelo Ato Adicional, deixaram de existir.

As conseqüências da descentralização efetivada pelo Código de Processo Criminal de 1832 e pelo Ato Adicional de 1834 e as rebeliões provinciais da Regência é que iriam, ao final da década, possibilitar a formação dos dois grandes partidos que, com alguns altos e baixos, dominaram a vida política do Império até o final. O Partido Conservador surgiu de uma coalizão de ex-moderados e ex-restauradores sob a liderança do ex-campeão liberal, Bernardo Pereira de Vasconcellos, e se propunha reformar as leis de descentralização, num movimento chamado pelo próprio Vasconcellos de Regresso. Os defensores das leis descentralizadoras se organizaram então no que passou a ser chamado Partido Liberal.

As únicas modificações importantes no sistema partidário, do ponto de vista formal, se deram com o surgimento dos partidos Progressista, de curta duração, e Republicano. O Partido Progressista surgiu da Liga Progressista, em torno de 1864, sendo ambos produto do movimento de Conciliação

iniciado em 1853 pelos conservadores. Compunha-se de conservadores dissidentes e liberais históricos. O Partido dissolveu-se em 1868 com a queda de Zacarias, a mais rumorosa do Império. Parte dos progressistas formou o novo Partido Liberal, parte ingressou no Partido Republicano fundado em 1870. Até o fim do Império o sistema partidário permaneceu tripartite, tendo, de um lado, os dois partidos monárquicos e, de outro, o Partido Republicano. A evolução do sistema partidário poderia ser representada da seguinte forma:



Quanto a programas partidários, somente em 1864 foi elaborado o primeiro deles pelo Partido Progressista. A década de 60 foi fértil em programas, culminando como o do Partido Republicano de 1870. O Partido Conservador, no entanto, nunca apresentou qualquer programa escrito. O programa de conservadores e liberais antes de 1864 deve ser inferido de afirmações dos líderes, de programas governamentais, dos escritos teóricos e dos grandes debates parlamentares em torno de problemas chaves como a reforma das leis de descentralização, a restauração do Conselho de Estado, a abolição do tráfico, as leis de terras, etc.

Até a publicação do programa do Partido Progressista em 1864, as divergências entre liberais e conservadores se prenderam quase que totalmente aos conflitos regenciais entre as tendências de centralização e descentralização do poder, corporificadas nas leis descentralizadoras de 1832 e 1834 e nas leis do regresso de 1840 e 1841. Os liberais eram por maior autonomia provincial, pela justiça eletiva, pela separação da polícia e da justiça, pela redução das atribuições do poder moderador. Os conservadores eram pelo fortalecimento do poder central, pelo controle centralizado da magistratura

e da polícia, pelo fortalecimento do poder moderador. Os principais teóricos nesta fase, do lado conservador, foram dois magistrados, Bernardo Pereira de Vasconcellos e seu discípulo político, Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai. Todas as leis do Regresso tiveram a marca destes dois líderes. Do lado liberal, os principais teóricos foram Teófilo Ottoni, Paula Souza e Vergueiro, o primeiro comerciante, depois industrial, os dois últimos fazendeiros em São Paulo.

Já o programa do Partido Progressista foi grandemente influenciado pelo principal líder do partido, o conservador dissidente Nabuco de Araújo. A ênfase principal do programa, refletindo as preocupações do magistrado Nabuco, estava em problemas de organização e processo judiciários. Nabuco percebia, com outros conservadores, que o rigor da lei de 1841 já se tornara desnecessário e que a lei deveria ser reformada no sentido de separar funções judiciais das policiais e de dar maior autonomia e profissionalização aos magistrados. Segundo ele, estas reformas proporcionariam maior garantia e proteção dos direitos individuais. O programa repetia também as velhas demandas liberais por maior descentralização, mas sem sugerir mudanças importantes no sistema político.

Os próximos programas surgiram em 1868, 1869 e 1870. O Partido Progressista foi aos poucos minado internamente pela divisão entre liberais históricos e conservadores dissidentes que o formavam. Desde 1866 os históricos começaram a se organizar e a elaborar um programa mais radical. Em 1868 criaram o Club Radical e publicaram seu programa. O programa pedia a abolição do Conselho de Estado, a abolição da Guarda Nacional, a eliminação da vitaliciedade do Senado, a eleição dos presidentes de província, o voto direto e universal, a abolição da escravidão. Foi este, sem dúvida, o programa mais radical proposto oficialmente durante o Império.

A queda de Zacarias em 1868 deu o golpe final na coalizão Progressista. Em seu lugar organizaram-se em 1869 o novo Partido Liberal e, em 1870, com os elementos mais radicais, o Partido Republicano. O programa do novo Partido Liberal incluía como pontos principais a eleição direta nas cidades maiores (mas não o voto universal); senado temporário; Conselho de Estado apenas administrativo (não a abolição do Conselho); abolição da Guarda Nacional; as clássicas liberdades de consciência, de educação, de comércio, de indústria; as reformas judiciárias do programa progressista; e a abolição gradual da escravidão, iniciando com a libertação do ventre. Como se vê, o programa liberal era um compromisso entre as teses radicais e progressistas. O novo partido incluía entre seus líderes os conservadores dissidentes que tinham formado o progressismo, com Nabuco e Zacarias à

frente, e alguns dos liberais históricos, luzias e praieiros, tais como Teófilo Ottoni e Chichorro. O compromisso não agradou aos mais radicais que se alistaram no programa republicano de 1870.

Pode notar-se que os programas liberais da década de 60 indicam clara mudança em relação ao debate dos anos 30 e início dos anos 40. As velhas demandas liberais por maior descentralização foram mantidas mas introduziram-se reivindicações novas referentes às liberdades civis, participação política e reforma social. Estas novas reivindicações atingiram seu ponto culminante no programa radical de 1868. O melhor representante das novas demandas foi talvez Silveira da Mota, professor de direito, advogado e típico representante do liberalismo clássico tirado diretamente de autores ingleses e americanos. Grande opositor ao predomínio dos magistrados na política, Silveira da Mota deu início em 1870, juntamente com outros companheiros, a uma série de conferências públicas, sobre Direito Constitucional, numa iniciativa inédita no país, com o objetivo de iniciar um movimento em favor de uma prática autêntica do governo representativo. Além de propor as reformas radicais, Silveira da Mota achava que estas reformas deviam originar-se da opinião pública e não do governo, como era a praxe no país.¹²⁾

Esta concepção clássica do liberalismo foi claramente expressa num manifesto publicado em 1869 pelo recém-criado *Correio Nacional*. Nele a doutrina do estado-gendarme é explicitamente defendida. O estado, segundo os redatores do manifesto, não deveria “ir além dos limites naturais; não deveria substituir-se à sociedade”; antes, devia limitar-se a cuidar da justiça, da polícia, da ordem e dos impostos.¹³⁾ Esta posição representava agora as reivindicações de profissionais liberais, de intelectuais e de alguns industriais, todos vinculados à economia e modos de vida urbanos. Autonomias provincial e local eram menos importantes para este grupo do que liberdade individual e participação política. Este tipo de demanda não estava ausente nos anos 30. Seu grande precursor foi Teófilo Ottoni o defensor da “democracia da classe média, da democracia da gravata lavada”, inimiga tanto da tirania de um só como do despotismo das turbas.¹⁴⁾ Mas na década de 1830 este tipo de problemática se perdia face à poderosa pressão de donos de terra por maiores autonomias regionais. Os dois tipos de demanda podiam coincidir em determinados momentos mas provinham de motivações e interesses diversos. O próprio Teófilo Ottoni, depois de intensa atividade política desde a Abdicação, depois de se unir aos proprietários rurais na rebelião de 1842, abandonou desgostoso a política quando os liberais chegaram ao poder e não se dispuseram a implementar as reformas que ele defendia. Esta distinção entre os dois tipos de liberalismo, o dos

proprietários rurais e o dos profissionais liberais urbanos é, a nosso ver, fundamental. Só na década dos 60, com o maior desenvolvimento urbano e o aumento do número de pessoas com educação superior é que o liberalismo clássico dos direitos individuais teve melhores condições de se desenvolver. Foi quando o próprio Ottoni voltou à atividade política.

O Manifesto Republicano de 1870, publicado no Rio de Janeiro, refletia o pensamento liberal clássico mais do que qualquer outra coisa. Sem dúvida, o Manifesto também pedia o federalismo, como claramente o indica sua famosa dicotomia: "centralização-fragmentação; descentralização-unidade". Mas quase todo o Manifesto era dedicado ao ataque aos desvios do governo representativo por parte do sistema político brasileiro. Verdade democrática, representação, direitos e liberdades individuais, eram estes os pontos fundamentais do Manifesto. O fato não surpreende pois muitos dos signatários do Manifesto vinham das fileiras radicais, inclusive Cristiano Ottoni, irmão de Teófilo Ottoni.

Bem distinta era a situação do Partido Republicano paulista criado em 1873. Em São Paulo houve também a transformação de clubes radicais em republicanos em 1870. Mas o desenvolvimento do partido paulista se deu em bases muito mais pragmáticas. Os paulistas não se deram ao trabalho de publicar manifestos, dedicando-se antes a criar uma sólida estrutura organizacional com base em células municipais. Na primeira convenção do Partido, realizada em Itu em 1873, 17 municípios se achavam representados, e no primeiro congresso, reunido neste mesmo ano na Capital, o número de municípios que enviaram delegações subiu a 29. Neste congresso foi eleito um Comitê Executivo permanente para coordenar as atividades das células municipais. A consequência de tudo isto foi que, ao final do Império, os republicanos paulistas constituíam o único grupo político civil organizado, num claro contraste com os republicanos do Rio de Janeiro que nunca conseguiram organizar-se num sólido partido.¹⁵⁾

A diferença entre os dois grupos se torna mais clara se notarmos que os paulistas produziram apenas dois documentos doutrinários importantes. O primeiro se destinava a estabelecer a posição do Partido em relação ao problema da escravidão. O segundo foi um projeto de constituição republicana para São Paulo. Em relação ao problema da escravidão, o Partido tomou uma posição sibilina. Reconhecia, de um lado, a importância do problema, mas, de outro lado, declarava que se tratava de uma questão social cuja solução era de responsabilidade dos partidos monárquicos e não deles republicanos. Na realidade, a decisão correspondia a uma negativa em tomar posição a favor da abolição. O projeto de constituição era um documento

instrumental que tratava da organização de um governo republicano na província, sem discutir princípios de doutrina.

Não há dúvida de que os republicanos de São Paulo e do Rio de Janeiro representavam preocupações totalmente distintas. Enquanto os republicanos da capital, ou melhor, os que assinaram o Manifesto de 1870, refletiam as preocupações de intelectuais e profissionais liberais urbanos, os paulistas refletiam preocupações de setores cafeicultores de sua província. Como veremos adiante, a composição social dos dois grupos aponta claramente nesta direção. A principal preocupação dos paulistas não era o governo representativo ou direitos individuais, mas simplesmente a federação, isto é, a autonomia estadual. Eles representavam o liberalismo predominante nos anos 30, mas agora de maneira muito mais articulada. Não se tratava mais simplesmente de reivindicações de potentados locais mas de reivindicações de grupos economicamente bastante homogêneos de cafeicultores e de seus advogados (muitos eram eles próprios advogados). O que eles queriam não era a ausência de governo mas um governo que respondesse mais rapidamente e mais favoravelmente a seus interesses de produtores para o mercado externo. Concretamente, eles queriam uma atuação do poder público mais decisiva e mais intensa na promoção da imigração européia, na construção de ferrovias, na contratação de empréstimos externos, utilizando para isto mais plenamente os recursos da província que a centralização drenava para fora. Em certo sentido pode-se dizer que os paulistas representavam a essência do liberalismo, enquanto que seus colegas do Rio representavam a teoria do liberalismo.

Após esta breve introdução, podemos dar início à apresentação dos dados sobre a composição social dos partidos.

A distribuição dos ministérios do Segundo Reinado por partidos é dada no *Quadro 1*.¹⁶⁾

Podemos ver pelo *Quadro 1* que, apesar da aparente estabilidade do sistema político imperial, houve grande instabilidade de governos. A duração média dos 36 ministérios foi de menos de ano e meio. Mas há clara diferença entre a duração dos ministérios conservadores e a dos ministérios liberais. Os conservadores duravam em média duas vezes mais que os liberais. O mesmo pode ser dito dos ministérios de conciliação e dos progressistas. Os primeiros, que eram mais próximos dos conservadores, duraram mais do que os segundos, mais próximos dos liberais.

Nossa análise se limitará aos dois partidos principais, o Conservador e o Liberal. A Conciliação foi mais uma orientação política do que um grupo político definido, e a Liga, depois Partido Progressista, foi a seqüência desta

orientação organizada em grupo político, mas transitório e instável. Todos os membros do Partido Progressista se filiaram, após 1868, seja ao novo Partido Liberal, seja ao Partido Republicano.¹⁷⁾

QUADRO 1

Duração e Filiação Partidária dos Ministérios 1840-1889

Partido	N.º de Minis- térios	Duração (em anos)	Duração (em meses)	Duração média (em meses)
Liberal	15	13,4	161	10,3
Conservador	14(10)	26,0	313(253)	22,3(25,3)
Progressista	6	6,1	74	12,3
Conciliação	1(5)	3,5(8,5)	43,0(103)	43,0(20,6)
<i>T o t a l</i>	36	49,0	591	16,4

Fonte: Barão de Javari, *Organizações e Programas Ministeriais*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1884. As frações de anos são meses, as frações de meses, dias. Para maiores explicações, veja nota 16.

Os dados aqui apresentados se limitarão aos ministros. Os conselheiros de estado estão quase todos incluídos entre os ministros, bem como muitos senadores. Para os senadores não ministros as informações sobre origem social são muito incompletas.¹⁸⁾

Há uma dificuldade com os dados que deve ser mencionada aqui. Geralmente, as fontes de material biográfico para o Império, tanto coletivas como individuais, concentram as informações na ocupação do indivíduo e em sua educação formal, descuidando a parte referente à origem social ou mesmo a atividades econômicas não diretamente relacionadas com a ocupação ou profissão. Exemplificando, nunca se deixa de mencionar o grau acadêmico de um indivíduo e sua profissão, seja de magistrado, advogado, jornalista, médico, etc.. Mas há uma tendência das fontes em não mencionar se estes indivíduos, ou seus pais, além da profissão indicada, possuíam também propriedades agrícolas ou estavam envolvidos em atividades comerciais, bancárias, etc.. Estas últimas informações só aparecem claramente quando o sentido de capacitar esses indivíduos para atuar em suas atividades populares no sentido de alianças políticas ou simplesmente no sentido de capacitar os governos ou no interior de alianças políticas, para reforçar o nacionalismo latino-americano, a pessoa se dedicava predominantemente a estas atividades. Em vista disto,

resolvemos utilizar dois tipos de dados para a análise. Num primeiro momento, trabalhamos exclusivamente com os dados sobre profissão, que são bastante completos. A profissão não nos dá exatamente a origem ou vinculação social da pessoa. Mas ela certamente nos indica senão a única, pelo menos uma das fontes de renda do indivíduo e nos informa sobre sua socialização e o treinamento. Um magistrado, por exemplo, poderia ser também proprietário rural, ou filho ou genro de proprietários e neste sentido sua profissão não esclarece sobre sua origem social. Mas ela nos diz que ele se formou em direito, que é um funcionário público e que depende, para sua sobrevivência, em maior ou menor grau, do salário que lhe paga o governo. Estas características podem afetar, e frequentemente afetaram, o comportamento político destes indivíduos.¹⁹⁾

Num segundo momento, tentamos explorar o mais possível as informações referentes à origem social dos ministros. Dada a estrutura social da época, preocupamo-nos principalmente em descobrir vinculações com a posse da terra e ou com o comércio. Para isto utilizamos não só a indicação expressa do envolvimento do indivíduo nestas atividades, mas também as informações sobre a família, principalmente sobre pais e sogros. Todos os que possuíam vinculação direta, ou através da família, com a propriedade da terra ou com o comércio foram considerados aqui como pertencentes à respectiva classe social, mesmo se tivessem como única profissão e única fonte de renda a magistratura, a advocacia, etc. Deste modo, mesmo sem eliminar totalmente o problema da falta de informação, foi possível obter uma idéia mais realista da origem social dos ministros.

O *Quadro 2* fornece os dados sobre ocupação e filiação partidária. Para maior facilidade de análise, agrupamos as várias ocupações em três grupos principais. No primeiro colocamos os funcionários públicos, incluindo militares, magistrados, diplomatas, etc.; no segundo os profissionais liberais, incluindo advogados, professores, médicos, engenheiros, etc.; no terceiro os indivíduos que, não pertencendo a nenhum dos dois primeiros grupos, se dedicavam a atividades agrícolas, comerciais, industriais ou financeiras. (Veja-se a *nota 19* para melhor explicação desta última categoria).

O *Quadro 2* apresenta certos aspectos interessantes. Um deles é a predominância de liberais num sistema considerado por muitos como profundamente conservador. Naturalmente, o simples fato da predominância numérica não significa maior controle do governo pelos liberais. Como vimos, os conservadores permaneceram mais tempo no poder. Mas deve-se explicar então a incapacidade dos liberais de permanecerem no poder apesar de terem sido levados a ele mais vezes que os conservadores.

QUADRO 2
Ocupação e Filiação Partidária dos Ministros, 1840-1889 (%)

Filiação Partidária	OCUPAÇÃO			
	Governo	Prof. Liberais	Economia	Total
Conservador	50,82	36,76	50,00	43,89
Liberal	36,07	61,77	50,00	49,64
Sem Partido	13,11	1,47	---	6,47
Total	100,00 (N=61)	100,00 (N=68)	100,00 (N=10)	100,00 (N=139)

No que diz respeito às relações entre ocupação e filiação partidária, os dados mostram a tendência nítida de se concentrarem os funcionários públicos no Partido Conservador e os profissionais liberais no Partido Liberal. Este achado é consistente com a idéia de que os conservadores foram os principais suportes da centralização e do fortalecimento do estado. É também consistente com a hipótese de Faoro de que os burocratas se concentravam no Partido Conservador e em parte com a suposição de Azevedo Amarel de que os liberais provinham das profissões liberais e de grupos intelectuais. Mas o *Quadro 2* não pode testar as idéias de Faoro e Azevedo Amaral no que diz respeito à filiação partidária dos donos de terra. O último estava certamente equivocado em considerar os liberais e intelectuais como os principais defensores do poder estatal.

A composição interna de ambos os partidos pode ser melhor avaliada se tomarmos a filiação partidária como variável independente no cálculo das percentagens. Isto é feito no *Quadro 3* em que também eliminamos as categorias "sem partido" e "economia" para evidenciar melhor as relações.

QUADRO 3
Filiação Partidária e Ocupação dos Ministros, 1840-1889 (%)

Ocupação	Filiação Partidária		Diferença Percentual
	Conservador	Liberal	
Governo	55,36	34,37	+ 20,99
Prof. Liberais	44,64	65,63	- 20,99
Total	100,00 (N=56)	100,00 (N=64)	

A diferença percentual de 20 pontos é suficientemente grande para comprovar a existência de distinção importante entre os dois partidos imperiais em termos da ocupação de seus membros.

Mas as informações mais importantes em relação à composição dos dois partidos se acham nos dados sobre a origem social de seus membros, que aparecem no *Quadro 4*.

QUADRO 4
Filiação Partidária e Origem Social dos Ministros, 1840-1889 (%)

Origem Social	Filiação Partidária			Total
	Conservador	Liberal	Sem partido	
Propriedade rural	47,54	47,83	---	44,60
Comércio	13,12	8,69	---	10,07
Outra	18,03	26,09	88,99	26,62
Sem informação	21,31	17,39	11,11	18,71
Total	100,00 (N=61)	100,00 (N=69)	100,00 (N=9)	100,00 (N=139)

Apesar das cautelas, já mencionadas, com que devem ser tomados os dados acima, e mesmo supondo que os ministros para os quais não dispúnhamos de informação quanto à origem ou vinculação de classe fossem todos ligados à classe de proprietários rurais, ainda assim teríamos um quadro bastante distinto daquele imaginado pelos que vêem a elite política imperial como representando apenas estes proprietários. Um número razoável de ministros não se vinculava a grupos rurais e mercantis. Trata-se principalmente de filhos de funcionários públicos e de profissionais liberais. Este grupo é particularmente forte entre os sem partido pois aí se localiza a maior parte dos ministros militares. Como é sabido, os militares no Império provinham principalmente de famílias de militares.²⁰⁾

Além disto, estão também equivocados Azevedo Amaral, Faoro, João Camillo, Fernando de Azevedo. Os elementos vinculados à posse da terra não se filiavam predominantemente a um ou outro partido monárquico, mas se distribuíam quase que igualmente entre os dois partidos. Não parece também que a "burguesia progressista", de Caio Prado, isto é, os comerciantes, se concentrasse mais no Partido Liberal. Se os dados indicam alguma coisa é o oposto.

Uma vez que tanto magistrados como profissionais liberais se vinculavam em proporções mais ou menos iguais à posse da terra²¹⁾, podemos deduzir, combinando os *Quadros 3 e 4*, que o grosso do Partido Conservador se compunha de uma coalizão de burocratas e donos de terra, ao passo que o grosso do Partido Liberal se compunha de uma coalizão de profissionais liberais e de donos de terra. Este resultado é muito consistente com nossa tese sobre a duplicidade do liberalismo e esclarece também as dificuldades do processo de formação do estado durante o Império. Dentro do Partido Liberal, as posições doutrinárias do liberalismo clássico eram representadas no início pelos padres e mais tarde, no período abrangido pelos dados, pelos profissionais liberais e uns poucos homens de negócio. Mas ao lado deste grupo, que crescia com o passar do tempo, estava outro, no início mais poderoso, de proprietários rurais. Este último se compunha de elementos que se consideravam liberais por defenderem a descentralização do poder em benefício de grupos locais ou provinciais, isto é, em benefício deles mesmos. Dentro do Partido Conservador estavam os burocratas, constantes defensores do fortalecimento do poder central, esteios da formação do estado imperial. Mas ao lado dos burocratas estavam também grupos de proprietários rurais cujos interesses podiam coincidir ou não com as necessidades da centralização. Como veremos adiante, os donos de terra que se ligavam ao Partido Conservador tendiam a pertencer a áreas de produção agrícola voltada para exportação e de colonização mais antiga, como Pernambuco, Bahia e, principalmente, Rio de Janeiro. Estes grupos tinham mais interesses na política nacional e na estabilidade do sistema. Daí se disporem mais facilmente a apoiar medidas favoráveis ao fortalecimento do poder central. Os donos de terra filiados ao Partido Liberal provinham mais de áreas como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, com menos interesses na centralização e na ordem, ao nível nacional.

As conseqüências desta complexa formação dos dois partidos para o comportamento político de ambos em relação a problemas de organização política e reforma social serão discutidas adiante. Estas diferenças de composição social podem ser observadas também no exame dos núcleos carioca e paulista do Partido Republicano. As diferenças ideológicas observadas entre estes núcleos adquirem luz nova se as relacionarmos com os dados de ocupação apresentados no *Quadro 5*.

A primeira observação a ser feita a propósito do *Quadro 5*, é que os funcionários públicos, uma presença conspícua entre os partidos monárquicos, estão aqui quase totalmente ausentes. Naturalmente, esta ausência tem a ver com outros fatores que não a simples origem social ou a socialização. Ser republicano na época era equivalente a ser subversivo. Apesar da grande

tolerância do governo imperial em relação às atividades do Partido Republicano, os empregados públicos deviam certamente considerar prejudicial a seu emprego ou a sua carreira a adesão ao movimento. No entanto, o fato da ausência de funcionários públicos nas fileiras republicanas organizadas dava a este grupo de oposição um caráter distinto de qualquer outro grupo político da época.

QUADRO 5

Ocupação dos Republicanos do Rio de Janeiro e de São Paulo, 1870-1878.

Ocupação	Rio (1870)	São Paulo (1878)
Funcionários públicos	5,26	2,78
<i>Governo</i>	5,26	2,78
Advogados	21,05	36,11
Advogados-Jornalistas	8,77	---
Jornalistas	8,77	8,33
Professores	3,51	---
Médicos	15,79	8,33
Engenheiros	8,77	2,78
<i>Profissionais Liberais</i>	63,15	55,55
Proprietários Rurais	1,76	30,56
Comerciantes	14,04	11,11
<i>Economia</i>	15,80	41,67
Sem Informação	15,79	---
T o t a l	100,00 (N=57)	100,00 (N=36)

Fonte: A. Brasiliense, *Os programas dos Partidos e o 2.º Império*, São Paulo : Tipografia Jorge Seckler, 1878, pp. 86-87, 177-79. Para os republicanos do Rio de Janeiro, tomamos os signatários do Manifesto de 1870; para os de São Paulo, os participantes do Congresso Republicano provincial de 1878. Não foi feita aqui a distinção entre ocupação e origem social. Tomamos as informações como aparecem em A. Brasiliense.

A segunda observação que pode ser feita a respeito do *Quadro 5* é a diferente composição dos dois núcleos partidários. O grupo do Rio de Janeiro — para lembrar de novo, aqui chamado do Rio não por terem seus membros nascido naquela cidade mas porque o Manifesto foi lá assinado e porque a maioria dos signatários lá vivia e trabalhava compunha-se principalmente de profissionais liberais e de homens de negócio. Entre os primeiros predominavam os advogados e jornalistas que formavam quase 40% do número total de signatários. Advogados e jornalistas formavam também o núcleo do radicalismo dentro do partido. Entre eles estavam os abolicionistas Limpo de Abreu, Saldanha Marinho, Aristides Lobo, Rangel Pestana e um dos líderes da campanha abolicionista, Lopes Trovão, que era jornalista e médico. Mais tarde o melhor representante deste grupo seria o advogado-jornalista Silva Jardim, também abolicionista e talvez o mais radical dos propagandistas da república.

O grupo paulista também possuía bom número de advogados mas, no todo, tinha menos profissionais liberais e, o que é mais importante, incluía um grande número de proprietários rurais. Além disto, é quase certo, embora não disponhamos no momento de dados para confirmar esta hipótese, que os advogados republicanos paulistas, um bom número deles pelo menos, eram também proprietários rurais. Este era certamente o caso de Campos Sales, futuro presidente da República, que era advogado e importante cafeicultor. O fato de que quase todos os participantes do Congresso provinham de municípios do interior e neles residiam reforça esta suposição. É verdade que o grupo paulista incluía alguns elementos provenientes do radicalismo liberal. Alguns destes elementos tinham mesmo assinado o Manifesto de 1870. Mas a posição da grande maioria se afastava do radicalismo como ficou claro já no Congresso de 1873. Neste Congresso o Comitê Executivo tornou pública a declaração já referida na qual evitava definir-se contra a escravidão. A declaração provocou a ira de Luiz Gama, o advogado negro, que protestou veementemente. Mas sua voz foi a única a levantar-se em favor de uma clara condenação da escravidão.²²⁾ O PRP só apoiaria abertamente a abolição um ano antes de sua efetivação, na mesma época em que o próprio Partido Conservador de São Paulo, liderado por Antônio Prado, tomava decisão semelhante.

Portanto, quando Oliveira Vianna afirma que o Partido Republicano se baseava em áreas urbanas, que recrutava seus membros principalmente entre estudantes e intelectuais e que se dedicava à política silogística e à construção no vácuo, ele certamente tomava a parte pelo todo e a parte menos importante no caso. Sua caracterização é adequada se aplicada aos republicanos do Rio de Janeiro, mas totalmente inadequada em relação aos

paulistas ou aos mineiros.²³⁾ Os republicanos paulistas estavam solidamente baseados nas transformações socio-econômicas por que passava sua província e sabiam muito bem o que queriam. Seu pragmatismo ia ao ponto de fazerem alianças eleitorais com conservadores e liberais de acordo com seus melhores interesses. No que diz respeito à abolição, por exemplo, a maioria dos paulistas — conservadores, liberais ou republicanos — tinha “os mesmos ares de família”, na maliciosa expressão de Martinho Campos, o líder liberal e anti-abolicionista.²⁴⁾

Os dados para senadores indicam tendência semelhante à encontrada para os ministros, isto é, funcionários públicos mais concentrados no Partido Conservador e profissionais liberais no Partido Liberal. A única diferença notável é o predomínio de conservadores entre os senadores, particularmente entre os senadores — não — ministros. De um total de 65 senadores-não-ministros, 66,16% pertenciam ao Partido Conservador e apenas 24,62% ao Partido Liberal.

31

Filiação Partidária e Origem Regional

Além da composição social dos partidos imperiais, a origem regional de seus membros também foi alvo de hipóteses conflitantes. Mas as caracterizações regionais podem ser freqüentemente reduzidas às sociais. Diferenças regionais são muitas vezes atribuídas a diferentes situações econômicas e sociais que, por sua vez, gerariam diferentes elites políticas com ideologias e filiações partidárias distintas. A diferenciação mais comumente feita é a que separa norte e sul, caracterizando o norte como dominado pelas velhas e decadentes economias do açúcar e do algodão, às quais corresponderia uma elite escravista e conservadora, e o sul como controlado pela dinâmica economia cafeeira que em alguns setores já dispensava o trabalho escravo, e à qual corresponderia uma elite mais liberal e progressista. Os políticos nortistas seriam os responsáveis pelo travamento das políticas reformistas propostas pelos sulistas.²⁵⁾ Além destas formulações mais gerais, alguns autores alegam ainda a existência de oligarquias provinciais que seriam responsáveis pelo atraso da evolução política imperial. Este é o caso, por exemplo, de José Honório Rodrigues que atribui ao que ele chama de oligarquias mineira e bahiana a principal responsabilidade pela política conservadora do Império, sem discutir o fato de que as bases econômicas das duas províncias eram bastante distintas.

Formulação mais elaborada destas diferenças provinciais apareceu recentemente em tese de doutoramento de Simon Schwartzman. Adotando a hipótese que atribui comportamento político conservador a regiões econo-

micamente estagnadas, Schwartzman tenta contrastar Minas Gerais e São Paulo ao final do Império e durante a Primeira República. Minas representaria a região economicamente estagnada e de comportamento político conservador, São Paulo a região dinâmica de comportamento político mais moderno. Schwartzman compara Minas Gerais ao Sul do Estados Unidos, como descrito por V. O. Key em *Southern Politics*. Tanto Minas Gerais como Sul americano se caracterizariam por "sistemas uni-partidários, controle oligárquico da máquina política estadual, baixa participação popular, grandes propriedades rurais numa economia decadente"²⁷⁾ Como conseqüência desta situação, ter-se-ia desenvolvido em Minas um estilo cooptativo de participação política, com alta saliência do setor burocrático, enquanto que em São Paulo a política se caracterizaria mais por um estilo representativo de participação. Daí também o predomínio de Minas na política nacional, enquanto São Paulo predominava economicamente

Estas formulações nem sempre mencionam explicitamente os partidos políticos. É possível que, para alguns dos autores, conservador e progressista não signifique necessariamente filiação aos partidos Conservador e Liberal, respectivamente. Nossa finalidade, porém, não é combater autores mas esclarecer problemas e neste sentido o exame da composição dos partidos em termos da origem geográfica ou provincial de seus membros tem relevância própria.

O *Quadro 6* fornece as relações entre filiação partidária e origem provincial dos ministros.

QUADRO 6

Filiação Partidária e Origem Provincial dos Ministros, 1840-1889

(Números absolutos)

Origem Provincial

Filiação Partidária	Bahia	RJ-Corte	Minas	Pern.	S. Paulo	RGS.	Outras	Port.	Total
Conservador	12	19	5	8	4	1	7	1	57
Liberal	13	5	13	6	11	9	16	-	73
Sem Partido	<u>1</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>9</u>
Total	26	28	18	14	16	10	24	3	139

A COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS IMPERIAIS

Algumas tendências muito claras aparecem no *Quadro 6*. Os conservadores se concentram em três províncias, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, enquanto os liberais predominam no resto das províncias. Para tornar o quadro mais claro agrupamos as províncias em três grupos (*Quadro 7*).

QUADRO 7

Filiação Partidária e Origem Geográfica dos Ministros por Grupos de Províncias (%).

Filiação Partidária	RJ-BA-PE	MG-SP-RS	Outras províncias
Conservador	57,36	22,72	29,17
Liberal	35,29	75,01	66,67
Sem Partido	<u>7,35</u>	<u>2,27</u>	<u>4,16</u>
Total	100,00 (N=68)	100,00 (N=44)	100,00 (N=24)

Nota: Rio de Janeiro inclui o Município Neutro da Corte.

Em termos de filiação partidária, está claro que a divisão regional não se dava entre o norte e o sul, ou entre Minas e São Paulo, ou entre Minas-Bahia e o resto. Os dados mostram que: a) Rio de Janeiro era predominantemente conservador; b) Bahia e Pernambuco dividiam-se mais ou menos igualmente entre os dois partidos; c) Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul e as outras províncias eram predominantemente liberais. Este tipo de divisão permanece ao longo de todo o Segundo Reinado, mantendo-se aparentemente imune às transformações econômicas e sociais por que passaram algumas das províncias. (Veja *Quadro 8*).

O impacto provincial nos partidos ganha ainda maior clareza com as informações fornecidas pelo *Quadro 8*. Pode-se verificar, por exemplo, que os políticos bahianos eram o substrato de quase todos os ministérios do Segundo Reinado, tanto liberais como conservadores. A Bahia esteve ausente de apenas 5 ministérios num total de 36. A presença do Rio de Janeiro variou intensamente de acordo com a cor partidária dos ministérios, o mesmo acontecendo com Minas Gerais e São Paulo. Rio teve 3 represen-

QUADRO 8

Origem Provincial dos Ministros na Formação do Ministério, 1840-1889

Data	Partido	Origem do Presidente	Origem provincial							Total	Províncias Representadas
			BA	RJ	MG	PE	SP	RS	Outras		
1840	L	—	—	1	1	2	2	—	—	6	4
1841	C	—	1	3	1	—	—	—	1	6	4
1843	C	—	—	3	1	—	—	—	2	6	4
1844	L	—	4	—	—	1	—	—	1	6	3
1845	L	—	2	—	1	1	—	—	—	4	3
1846	L	—	2	1	1	2	—	—	—	6	4
1847	L	BA	1	1	—	—	3	1	—	6	4
1848	L	BA	1	1	3	—	1	—	—	6	4
1848	L	SP	—	1	2	—	2	—	1	6	4
1848	C	PE	2	3	—	1	—	—	—	6	3
1852	C	RJ	2	3	1	—	—	—	—	6	3
1853	Conc.	MG	2	2	2	—	—	—	—	6	3
1857	C	PE	1	—	1	2	—	—	2	6	5
1858	C	MG	2	3	1	—	—	—	—	6	3
1859	C	BA	1	1	—	2	—	—	2	6	5
1861	C	RJ	2	3	—	1	—	—	1	7	4
1862	P	BA	2	—	1	1	1	1	1	7	6
1862	P	PE	1	3	—	3	—	—	—	7	3
1864	P	BA	1	1	2	1	1	1	—	7	6
1864	P	PI	2	1	—	—	—	—	4	7	6
1865	P	PE	3	—	1	1	2	—	—	7	4
1866	P	BA	3	—	2	—	1	—	1	7	4
1868	C	RJ	3	2	1	—	—	—	1	7	4
1870	C	SP	1	2	1	1	1	—	1	7	6
1871	C	BA	1	2	—	2	—	—	2	7	5
1875	C	RJ	3	2	—	—	—	—	1	6	3
1878	L	AL	—	1	1	1	1	2	1	7	6
1880	L	BA	2	1	1	1	1	1	—	7	6
1882	L	MG	1	—	2	—	1	—	3	7	6
1882	L	PI	2	—	1	1	—	—	3	7	6
1883	L	MG	1	—	2	1	—	1	2	7	6
1884	L	BA	3	1	2	—	—	—	1	7	4
1885	L	BA	2	—	1	1	—	1	2	7	6
1885	C	BA	2	2	—	1	1	—	1	7	5
1888	C	PE	—	2	—	1	2	1	1	7	5
1889	L	MG	1	1	2	1	—	1	1	7	6

Partidos: L = Liberal Conc. = Conciliação
 C = Conservador P = Progressista

tantes em cada um dos 7 ministérios conservadores antes de 1868 e 2 representantes em cada ministério conservador após esta data. São Paulo e especialmente Minas Gerais tiveram presença mais marcada durante os períodos liberais de 1844-48, e 1878-85, e durante o período progressista. As pequenas províncias apareceram muito pouco no início. Somente após 1868, principalmente no período liberal, é que se fizeram mais presentes. O Rio Grande do Sul foi marginal durante quase todo o Reinado, com exceção do último período liberal. O papel dominante da Bahia é ainda ressaltado pelo número de presidentes do Conselho de Ministros de origem bahiana. A Presidência do Conselho foi criada em 1847 e 30 presidentes foram escolhidos até o fim do Império. Destes, 11 vieram da Bahia, 5 de Minas Gerais, 5 de Pernambuco, 4 do Rio de Janeiro, 2 de São Paulo, 2 do Piauí e 1 de Alagoas.

Quando ao problema de oligarquias provinciais, mencionado por José Honório Rodrigues, um modo de tratá-lo parcialmente seria através dos resultados eleitorais das últimas três legislaturas do Império. A introdução da eleição direta em 1881 reduziu a capacidade do governo central de produzir câmaras unânimes e deu ao partido em oposição maiores oportunidades de se representar no parlamento. Nestas circunstâncias, a eleição de membros da oposição pode ser indicação de relativa independência do eleitorado em relação ao controle governamental e de certo pluralismo político. O *Quadro 9* fornece o número de deputados opositoristas eleitos para a três últimas legislaturas e inclui também os deputados já reconhecidos para a legislatura que se reuniria em 1889, não fosse o golpe militar que instalou a República.²⁸⁾

A legislatura que melhor se presta a um teste da capacidade de sobrevivência da oposição é a de 1886. A mudança de partido no poder durante o Império era geralmente seguida de mudança geral de presidentes de províncias, os principais cabos eleitorais, e de delegados e sub-delegados de polícia, eficientes auxiliares dos presidentes. Daí a tendência a uma total renovação da câmara, com exclusão dos representantes do partido opositor. Pelo *Quadro 8* podemos ver que mesmo a solidamente liberal província do Rio Grande do Sul não pode resistir às pressões em 1886 e elegeu uma bancada quase que unanimemente conservadora. Rio de Janeiro apareceu ainda mais solidamente conservador. Esta província era a que possuía a elite política mais sólida e homogênea, sendo talvez a que mais merecesse a qualificação de oligárquica. Bahia e Pernambuco também confirmaram suas tendências conservadoras. A liberal província de São Paulo também veio quase toda conservadora. Somente Minas Gerais manteve uma substancial representação liberal; na verdade mais da metade da bancada mineira veio

liberal. Esta província foi a que manteve também bancadas mais equilibradas, em termos de composição partidária, nas outras três legislaturas. Em 14 de seus 20 distritos eleitorais o mesmo partido permaneceu no poder durante as três legislaturas efetivas, embora o mesmo candidato tenha sido eleito em apenas 7 distritos. Mas mesmo nos casos de eleição do mesmo representante a disputa eleitoral parece ter sido bastante intensa segundo depoimento de um político da época.²⁹⁾ Uma análise da localização geográfica dos distritos eleitorais provavelmente mostraria que as velhas regiões mineradoras tenderiam a votar mais liberal e a resistir melhor às pressões de fora. Mas esta análise não nos foi possível fazer. De qualquer modo, parece que a hipótese de José Honório Rodrigues sobre a existência de uma oligarquia conservadora em Minas durante o império precisaria ser melhor demonstrada. Os dados também vão contra a interpretação de Simon Schwartzman. Mas sobre isto falaremos adiante.

QUADRO 9

*Representação da Oposição nas Últimas Legislaturas do Império
(números absolutos)*

Províncias	Legislaturas							
	1881(Lib.)		1885(Lib.)		1886(Cons.)		1889(Lib.)	
	Dep.	Cons. Tot.	Dep.	Cons. Tot.	Dep.	Cons. Tot.	Dep.	Cons. Tot.
Bahia	3	14	5	14	—	14	3	7
Rio de Janeiro	10	12	9	12	—	12	2	3
Minas Gerais	6	20	7	20*	11	20	5	10
Pernambuco	8	13	7	13	1	13	4	6
São Paulo	3	9	5	9**	2	9	4	5
Rio G. do Sul	—	6	—	6	1	6	—	3
Outras	33	64	22	51	19	63	16	26
	47	122	55	125	22	125	34	60

* inclui 1 republicano

** inclui 2 republicanos

Fonte: Barão de Javari, *Organizações e Programas Ministeriais*, pp. 373-398. Os dados se referem aos deputados eleitos no início da legislatura, não incluindo os substitutos.

A COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS IMPERIAIS

Se combinarmos as informações aqui fornecidas sobre programas e ideologias partidárias e sobre a composição social e regional dos partidos, relacionando-as com os debates em torno de problemas como a centralização política e a abolição da escravidão, poderemos tentar formular uma visão mais ampla da natureza e sentido do sistema partidário imperial.

Os partidos imperiais, em sua liderança nacional, compunham-se de intrincada combinação de grupos diversos em termos de ocupação e de origem social e provincial. Não cabem a seu respeito divisões e classificações simplificadas. A complexidade dos partidos se refletia naturalmente na ideologia e no comportamento político de seus membros, dando às vezes ao observador desatento a impressão de ausência de distinção entre eles. Um exame, embora sumário, de alguns problemas cruciais enfrentados pelos políticos do Império, pode, no entanto, mostrar tanto as divergências interpartidárias como intrapartidárias.

Se tomarmos, por exemplo, o tema da formação do estado imperial ou, simplificada, o tema da centralização política, veremos que o apoio básico para este processo veio do Partido Conservador, mas com importantes distinções. O núcleo dos construtores do estado imperial nas décadas decisivas de 1830 e 1840, era formado por uma coalizão de burocratas, principalmente magistrados, e setores de proprietários rurais, principalmente no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, além de comerciantes das grandes cidades.³⁰⁾ Os burocratas, formados na longa tradição absolutista portuguesa, foram os principais teóricos e os implementadores da política centralizadora. A eles se uniram, pelo final da década de 1830, após a frustrada experiência republicana da Regência, setores de proprietários rurais mais interessados na ordem ao nível nacional, e comerciantes prejudicados pela agitação urbana. As três províncias acima mencionadas tinham várias razões para fornecer o principal contingente destes grupos. Em primeiro lugar, sua posição privilegiada em termos econômicos e/ou políticos e administrativos durante o período colonial lhes propiciara maior número de pessoas com educação superior, adquirida em Portugal, e com treinamento em administração pública, adquirido tanto em Portugal como no Brasil. Em segundo lugar, devido ao maior envolvimento destas províncias no comércio internacional, havia nelas poderosos grupos de comerciantes com uma visão política menos provinciana. Em terceiro lugar, seu maior desenvolvimento urbano fez com que nelas se localizassem várias das rebeliões socialmente perigosas da Regência, o que gerou entre seus dirigentes, principalmente do grande comércio, maior preocupação com a ordem pública.

Mas somente no Rio de Janeiro esta combinação de burocratas, comerciantes e proprietários rurais se realizou mais completamente. O grande

desenvolvimento da economia cafeeira no Rio de Janeiro e a proximidade física da sede do governo tornou mais viável esta combinação de capacidades e interesses na formação do estado. A cúpula do Partido Conservador incluía sempre um bom número de fluminenses enquanto que os pernambucanos se dividiam devido às tendências regionalistas de alguns de seus grupos latifundiários que tendiam para o lado liberal. Os bahianos apoiavam consistentemente a centralização embora fossem mais flexíveis que os fluminenses em termos de reformas sociais e políticas.

A oposição à centralização durante o período de 1831 a 1850 proveio em grande parte de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Tratava-se de áreas pouco ligadas ao comércio externo e com menos pessoas com educação superior. Minas e São Paulo também se caracterizavam por economias estagnadas ou atrasadas. A oposição destas três províncias à centralização ficou patente nas rebeliões de 1835 no Rio Grande do Sul e de 1842 em São Paulo e Minas, todas elas lideradas por donos de terra. O Rio Grande do Sul provavelmente não chegou a separar-se da união apenas porque fortes laços econômicos a ela o ligavam. Sua rebelião se deveu em parte à tentativa de modificar a política tarifária do governo central em relação ao charque. Apesar de sua diversidade em termos sociais, políticos e culturais, em relação ao resto do país, o Rio Grande do Sul precisava do mercado imperial para seu produto básico, uma vez que não conseguia competir com os países do Prata num mercado livre. Não fosse isto, sua separação seria quase inevitável. A oposição paulista se baseava mais numa tradição de domínio local por donos de terra, de vez que por esta época não havia na província qualquer polo econômico de importância. A oposição mineira provinha tanto da grande propriedade rural como da tradição de liberalismo de seus velhos núcleos urbanos gerados pela economia mineradora. Até o desenvolvimento maior da economia cafeeira em Minas, a corrente política dominante no estado foi o liberalismo destas velhas cidades, cuja expressão máxima foi Teófilo Ottoni. As duas correntes se uniram na revolução de 1842 mas seus interesses coincidiam apenas quando se tratava de combater a centralização do poder.

Com o desenvolvimento do café em Minas e São Paulo e do charque no Rio Grande do Sul, estas três províncias evoluíram para uma posição mais complexa em relação ao poder do estado. Permaneceu a resistência ao poder central, agora representada pelos grupos republicanos emergentes que tiveram nestas províncias seus principais núcleos. Mas, além disto, surgiu a necessidade de fortalecer o poder estadual para melhor proteção dos interesses dos grupos econômicos que surgiam ou se fortaleciam. Já discutimos a natureza pragmática e federalista do republicanismo paulista.

O mineiro não era muito diferente e se localizou principalmente na região cafeeira da província. O gaúcho se constituiu em algo peculiar, como tudo naquela província. O republicanismo gaúcho combinava uma orientação rigidamente ideológica com uma base econômica mais ligada ao litoral do que aos estancieiros da campanha. Mas a tendência ao fortalecimento do poder estadual entre os republicanos dessa província foi ainda mais forte do que entre os das outras duas, embora mais por influência doutrinária do positivismo.³¹⁾

A transformação mais interessante se deu em Minas Gerais. O liberalismo de tipo clássico predominou na província enquanto esta permaneceu economicamente estagnada e enquanto seus principais líderes políticos provinham das regiões auríferas decadentes. Com o rápido desenvolvimento da economia cafeeira nas zonas Sul e da Mata, o outro estilo de liberalismo, baseado na reivindicação de autonomia estadual, passou a predominar, com efeitos negativos sobre a participação política. O conflito se corporificou na luta pela transferência da capital do estado. A velha capital da área mineradora representava o poder da antiga elite liberal que os republicanos da região cafeeira queriam eliminar. A luta foi intensa chegando-se a uma solução de compromisso com a localização da nova capital em terreno neutro.³²⁾ A República se caracterizaria em Minas Gerais por um sólido sistema uni-partidário, enquanto que um sólido bi-partidarismo, como vimos acima, predominava durante o Império. Parece-nos que, diferentemente do que pensa Schwartzman, a política oligárquica em Minas se liga mais a uma situação de dinamismo econômico, ao passo que a fase de estagnação econômica estava mais próxima de uma política mais pluralista.

A complexidade da composição partidária imperial pode ser verificada também no que diz respeito a reformas sociais, particularmente a respeito do problema de escravidão. Vimos que muitos defensores de um governo central forte eram também defensores de reformas sociais, o melhor exemplo sendo o de José Bonifácio. Em geral, dentro do Partido Conservador, o elemento burocrático, principalmente os magistrados, tendiam a favorecer tanto a centralização como as reformas sociais. Homens como Uruguai, Euzébio, Pimenta Bueno, Nabuco de Araújo (em sua fase conservadora), são exemplos desta tendência. Todos estes eram magistrados, a maioria tinha ligações com proprietários rurais, mas todos favoreciam, de um modo ou de outro, o fim da escravidão e contribuíram efetivamente para a aprovação de medidas anti-escravistas. Esta combinação de estatismo e reformismo era mais fácil para os magistrados nordestinos, principalmente para os que provinham de províncias onde o problema da mão-de-obra escrava não era tão sério, como o Ceará. Estes elementos constituíram o

principal apoio de Rio Branco na passagem da lei do Ventre Livre. Muitos dos funcionários públicos nordestinos tinham no emprego público sua principal fonte de renda dada a má situação econômica de suas províncias. Daí optarem freqüentemente por votar com o governo, seu empregador, mesmo em questões que não beneficiavam os interesses de sua classe de origem. O apoio de deputados no norte e nordeste à lei do Ventre Livre, contra a cerrada oposição do sul, pode ser vista no *Quadro 10* que fornece a votação da lei na Câmara unanimente conservadora de 1871.

QUADRO 10

Ocupação, Origem Geográfica e Voto sobre Ventre Livre na Câmara, 1871 (%)

VOTO	Ocupação											
	Governo			Prof. Liberais			Economia			Total		
	Norte	Sul	Dif.%	Norte	Sul	Dif.%	Norte	Sul	Dif.%	Norte	Sul	Dif.%
Pró	90	60	+30	81	28	+53	67	33	+31	83	36	+47
Contra	10	40	-30	19	72	-53	33	64	-31	17	64	-47
Total	100	100		100	100		100	100		100	100	
	(N=21)(N=10)			(N=21)(N=32)			(N=6)(N=11)			(N=48)(N=53)		

Fonte: *Discussão da Reforma do Estado Servil na Câmara dos Deputados e no Senado, 1871*, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1871, pp. 128-154. Os dados se referem à votação dos deputados durante toda a discussão e não apenas à votação final quando alguns deputados estavam ausentes. A votação final foi de 61 votos a favor e 35 contra. Norte aqui significa todas as províncias ao norte da Bahia e sul a todas ao Sul, incluindo o atual centro-oeste. Não estão incluídos no cômputo 5 padres e 4 deputados para os quais não há informação sobre ocupação.

Vê-se pelo *Quadro 10* como se dividiu o Partido Conservador em relação ao problema da abolição. O maior apoio à medida veio dos deputados do norte, particularmente dos magistrados nortistas. O menor apoio veio do sul, particularmente dos profissionais liberais sulistas. Muitos destes profissionais tinham provavelmente ligações com proprietários rurais, se não eram eles mesmos proprietários. Como dependiam menos do governo do que os funcionários públicos, podiam mais facilmente votar contra o ministério.

Os funcionários públicos do sul votaram em sua maioria pela lei, mas em proporção muito menor do que os do norte. A grande façanha de Rio Branco foi conseguir uma coalizão de funcionários públicos e proprietários nordestinos contra os proprietários e profissionais liberais do sul, especialmente do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, as três principais províncias cafeeiras. Pode-se verificar pelo *Quadro 8* que a própria formação do ministério Rio Branco já indicava o intuito de conseguir o apoio do norte.

Estes dados contradizem as versões sobre a resistência nortista à renovação em contraste com o apoio sulista, especialmente de São Paulo, à mesma. Pelo menos no que se refere ao problema da abolição – e as posições sobre este problema não mudaram muito até o final – esta visão é equivocada. A resistência à abolição foi forte no sul, inclusive em São Paulo, até menos de um ano antes da Lei Áurea. Os políticos do norte foram muito mais flexíveis nesta questão. Não fosse seu apoio, as medidas abolicionistas teriam sido certamente retardadas.

A natureza complexa do Partido Conservador ficou patente na violenta reação de alguns setores do Partido à passagem da lei do Ventre Livre. Rio Branco foi violentamente acusado de dividir o Partido. Fluminenses, seguidos por mineiros e paulistas, se destacaram nesta reação. O único deputado fluminense que apoiou a medida, o banqueiro e industrial Visconde do Cruzeiro, genro do Marquês de Paraná, teve seu nome vetado pela liderança conservadora para as próximas eleições através da famosa “circular do castigo”, que o acusava de traição aos interesses da província. É sintomático o fato de que a medida foi um dos principais impulsos dados ao movimento republicano. No mínimo ela representou um sério baque na legitimidade do sistema imperial, pois o próprio imperador foi acusado de subverter a ordem. A lei foi chamada de “loucura dinástica, sacrilégio histórico, suicídio nacional.”³³⁾

No que se refere ao Partido Liberal, o apoio a reformas sociais, que no início provinha principalmente de padres, passou, com o desaparecimento destes da política nacional, a originar-se em primeiro lugar de profissionais liberais, em particular de advogados e jornalistas. Em segundo lugar, este apoio provinha de magistrados que se tinham tornado liberais após filiação inicial ao Partido Conservador. Entre os primeiros, as figuras mais típicas são as de Silveira da Mota, Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, Francisco José Furtado. Entre os últimos, Nabuco de Araújo, Saraiva, Dantas. Além destes, podem mencionar-se alguns raros industriais como Teófilo Ottoni e Mauá.

Em oposição a estes reformistas, que em boa parte provinham de províncias do norte e da cidade do Rio de Janeiro, o Partido Liberal contava

com a presença de proprietários, ou advogados-proprietários e médicos-proprietários, especialmente do sul (Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul). Um conflito típico entre estes dois grupos se deu em 1884 e 1885 quando o ministério liberal de Dantas tentou passar a lei dos Sexagenários. Dantas, um bahiano como Rio Branco, apresentou o projeto em 1884, mas uma forte reação de grupos liberais levou-o a dissolver a Câmara e marcar novas eleições. A nova câmara, no entanto, manteve a oposição e Dantas teve que abandonar o poder. A oposição a Dantas foi comandada pelos liberais de Minas e São Paulo, salientando-se o mineiro João Nogueira Penido e o paulista Antônio Moreira de Barros, presidente da Câmara.

Esta profunda divisão dentro do Partido Liberal o impedia de passar reformas incluídas em seu próprio programa pelo setor reformista. A única contribuição deste Partido, enquanto no poder, à abolição da escravidão foi a passagem da lei dos Sexagenários na Câmara. E isto só foi possível sob a liderança do ex-conservador, o bahiano Saraiva, que conseguiu o apoio de conservadores para a aprovação. Todas as principais leis de reforma social, tais como a abolição do tráfico de escravos, a lei do Ventre Livre, a lei de Abolição, a lei de terras públicas, todas foram aprovadas por ministérios e câmaras conservadores. Frequentemente, os liberais reformistas propunham as reformas e os conservadores as implementavam. Rio Branco colocou como um objetivo explícito de seu governo (1871-75) esvaziar o programa liberal pela implementação de suas principais reformas.

A complexidade da composição dos partidos monárquicos produzia, então, uma situação em que o Partido Liberal formulava as reformas mas não conseguia pô-las em prática, ao passo que o Partido Conservador as punha em prática mas à custa da unidade partidária. No início do Segundo Reinado, quando o problema dominante era a manutenção da unidade nacional e do sistema social, foi possível formar-se uma coalizão de magistrados, de parte dos proprietários e de homens de negócios, sob a liderança dos primeiros, suficientemente forte para dominar, mesmo pelas armas, a oposição provincialista e localista de outros setores de proprietários e a agitação urbana. Foi uma vitória do Partido Conservador. Uma vez resolvido o problema básico da unidade e da estabilidade do governo central, o que se deu por volta de 1850, e com o lento mas constante desenvolvimento de outras fontes de clivagem, a manutenção da coalizão se tornou mais difícil. Quando surgiram problemas de reforma política e, principalmente, de reforma social, agitados pelos novos grupos liberais, novas coalizões se tornaram necessárias entre os diferentes setores de cada partido ou entre membros de mais de um partido. A consequência foi que, ao final, os partidos estavam enfraquecidos e a monarquia sem defesa de lado algum.

Esta desproteção da monarquia ao final do Império é geralmente reconhecida. Os proprietários rurais, tanto conservadores como liberais, estavam insatisfeitos com a abolição sem indenização. Os reformistas do Partido Liberal estavam frustrados com a lentidão das reformas que seu próprio partido não conseguia implementar. No Partido Republicano, tanto o setor reformista do Rio como o pragmático de São Paulo continuavam inconformados, por motivos diversos, com a centralização do poder. Por outras razões, também parte da burocracia militar estava insatisfeita, embora sem se filiar a partido algum. O único setor que talvez não tivesse razões sérias de queixa contra o sistema era a burocracia civil.

Conclusão

Parece-nos que a visão mais complexa dos partidos imperiais aqui esboçada nos dá maiores condições de entender os conflitos, contradições e coalizões partidárias, e lança alguma luz sobre a própria natureza do sistema político imperial como um todo. Se voltarmos às posições dos autores citados no início deste trabalho veremos que antes de ser equivocadas, suas posições são antes parciais. Esta parcialidade tem base na própria complexidade da situação que torna difícil uma visão integrada. A formação social brasileira no século XIX incluía em si elementos de várias formações historicamente não coetâneas, para usar a expressão de Guerreiro Ramos, tais como a escravista, a feudal, a capitalista, sem identificar-se a nenhuma delas. Como complicação adicional, esta formação se distinguia por estar sujeita a vinculações semi-coloniais. Não levar em conta esta complexidade e não projetá-la sobre o comportamento dos grupos políticos parece ter sido um dos principais descuidos de vários dos autores mencionados.

Visões simplificadas são sempre mais atraentes. Sempre se poderia dizer que, em última análise, os conflitos partidários eram irrelevantes por não passarem de conflitos dentro de uma mesma classe dominante, fosse esta de senhores de escravos, de senhores feudais ou de burgueses. Realmente, escravos, camponeses e operários, por diferentes razões, não entravam no jogo político oficial. Mas se colocarmos desta maneira o problema, a última análise vai significar na realidade o fim da análise. Reconhecer e dar importância a conflitos entre grupos dominantes não significa negar a existência da dominação. Significa antes perceber que o caráter intenso da dominação reduzia a um mínimo a atuação política dos grupos dominados. A consequência desta intensa dominação era que o dinamismo das transformações provinha antes de conflitos entre grupos dominantes que, como vimos, eram grandemente heterogêneos. No que se refere ao problema da escravidão, por exemplo, havia divergência entre proprietários do norte e do sul, do

Vale do Paraíba e do oeste Paulista, entre a cidade e o campo, entre a burocracia civil e os proprietários, entre o exército e os proprietários, entre a Inglaterra e o Brasil. Sem o entendimento destes conflitos jamais se entenderá como e por que foi abolida a escravidão. Exemplos como este podem ser multiplicados a propósito de temas como a política de centralização, a política tarifária, a política de terras, a política cambial, a política imigratória, etc. Isto é, a propósito dos temas que dominaram a política do Império.

NOTAS

- 1) Ver principalmente as seguintes obras destes autores: Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1966; Nelson Werneck Sodré, *História da Burguesia Brasileira*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967; Nestor Duarte, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939; Maria Isaura Pereira de Queiroz, "O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira", *Anhembí*, vols. 24-26 (1956-1957); Vicente Licínio Cardoso, *À Margem da História do Brasil*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.
- 2) Veja *A Evolução Política no Brasil*, especialmente p. 82.
- 3) *A Ordem Privada*, p. 183.
- 4) *À Margem da História*, pp. 125-128.
- 5) Veja *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*, Porto Alegre: Globo, 1958, pp. 231-235.
- 6) AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, Rio de Janeiro: José Olympio, pp. 33s.
- 7) Veja Afonso Arinos de Melo Franco, *História e Teoria do Partido Político no Direito Constitucional Brasileiro*, Rio de Janeiro: sem editora, 1948, pp. 35s.
- 8) Sobre os conceitos de idealismo utópico e idealismo orgânico aplicados à elite política brasileira, veja Oliveira Vianna, *Instituições Políticas Brasileiras*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, 2^o vol., pp. 411-432.

- 9) Veja Fernando de Azevedo, *Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil*, São Paulo: Melhoramentos, sem data, pp. 127-134; e João Camillo de Oliveira Torres, *Os Construtores do Império*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968, pp. 131-34.
- 10) Há poucos estudos sobre os partidos políticos durante o Império. Boa documentação sobre os programas partidários pode ser encontrada em A. Brasiliense, *Os Programas dos Partidos e o 2.º Império*, São Paulo: Tipografia Jorge Seckler, 1878. Um estudo jurídico dos partidos foi feito por Afonso Arinos de Melo Franco, *op. cit.*. Uma boa história do Partido Republicano é a de George C. A. Boehrer, *Da Monarquia à República. História do Partido Republicano no Brasil (1870-1889)*, Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1954.
- 11) Para esta parte referente aos programas partidários valêmo-nos principalmente da obra de A. Brasiliense, já citada.
- 12) Veja o *Jornal das Conferências Radicais do Senador Silveira da Mota*, Rio de Janeiro: Tipografia da "Reforma", 1970, p. 5.
- 13) In A. Brasiliense, *op. cit.*, p. 31.
- 14) Veja Teófilo Benedito Ottoni, *Circular Dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais*, Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1860, p. 17.
- 15) A denominação de "republicanos do Rio de Janeiro" não deve ser tomada ao pé da letra como significando indivíduos nascidos no Rio. Muitos provinham das províncias. A expressão indica apenas que constituíam um grupo mais ou menos homogêneo de profissionais liberais, a maioria residindo e exercendo suas atividades no Rio.
- 16) Há alguma divergência entre os autores em relação ao número de ministérios. O ministério liberal de 1845, por exemplo, é considerado por Manuel Antônio Galvão como simples reorganização do ministério anterior. O ministério conservador de 1848 é dividido em dois por Austrícliano de Carvalho por causa da mudança do Presidente do Conselho em 1849. Seguimos aqui a contagem do Barão de Javari que considera o ministério de 1845 como novo ministério e não sub-divide o ministério de 1848. Veja Manuel Antônio Galvão, *Relação dos Cidadãos que Tomaram Parte no Governo do Brasil no Período de Março de 1808 a 15 de Novembro de 1889*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969; Barão de Javari, *Organizações e Programas Ministeriais*, Rio de Janeiro:

Imprensa Nacional, 1889; Austriciano de Carvalho, *Brasil Colônia e Brasil Império*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1927

Divergências mais sérias surgem na classificação dos ministérios de acordo com sua natureza partidária, principalmente durante o período algo confuso entre 1853 e 1868. Joaquim Nabuco, por exemplo, não atribui ministério algum ao Partido Progressista, ao passo que atribui dois ao período da Conciliação. João Camillo considera como conservador o ministério conciliador de 1853. A maior dificuldade está nos ministérios de 1853 a 1861 que tanto podem ser considerados como de Conciliação como conservadores. A classificação adotada por nós pode ser vista no *Quadro 8* e considera de Conciliação apenas o ministério Paraná de 1853. Entre parênteses no *Quadro 1* damos a classificação alternativa que considera todos os ministérios do período como de Conciliação. Veja Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., 1949, vol. IV, pp. 205-217; João Camillo de Oliveira Torres, *Os Construtores do Império*, pp. 215-221. Para informações muito úteis sobre a política da época, fornecidas por um participante ativo, veja J. M. Pereira da Silva, *Memórias do Meu Tempo*, Rio de Janeiro: Garnier, sem data, *passim*.

- 17) A confusão partidária da época torna um pouco difícil classificar os políticos em termos de filiação partidária. No decorrer do período alguns conservadores se tornaram liberais e alguns liberais se tornaram conservadores, criando o problema de como classificá-los. Como os dados aqui utilizados se referem apenas aos ministros, decidimos classificá-los de acordo com a filiação partidária que possuíam quando pela primeira vez chegaram ao ministério. As possíveis distorções que esta decisão possa ter causado não serão sérias de vez que o número de pessoas nesta situação é pequeno. Todos os que chegaram ao ministério pela primeira vez como progressistas foram classificados como liberais.
- 18) Uma extensa e comentada lista das fontes de dados biográficos utilizados por nós encontra-se em nossa tese *Elite and State-Building in Imperial Brazil*, Stanford University, 1974, Apêndice B. Sobre os ministros há um bom sumário de informações biográficas em A. Tavares de Lyra, "Os Ministros de Estado da Independência à República," *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, 193, (outubro-dezembro, 1946), pp. 3-304.
- 19) Nesta primeira classificação demos preferência às informações sobre atividades ocupacionais mais relacionadas com a socialização e o treinamento de lideranças. Assim, alguém que era ao mesmo tempo magistrado e dono de terra, ou advogado e comerciante, foi classificado como magistrado e advogado, respectivamente, e não como dono de terra ou comerciante. Assim a categoria

"economia" nesta primeira classificação (*Quadro 2*) é mais uma categoria residual. As vinculações com a propriedades da terra e com o comércio devem ser procuradas no *Quadro 3*, onde a preferência na determinação da ocupação foi dada a estas duas categorias.

- 20) Ver a este respeito José Murilo de Carvalho, "As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador", *Cadernos DCP*, 1 (março, 1964), pp.113-188.
- 21) Segundo nossos dados, 48% dos ministros-magistrados e 45% dos ministros-advogados no período 1822-1889 tinham vinculações com a propriedade da terra. Ver José Murilo de Carvalho, *Elite and State Building in Imperial Brazil*, *Quadro 15*.
- 22) O episódio é relatado em José Maria dos Santos, *A Política Geral do Brasil*, São Paulo: J. Magalhães, 1930, pp. 207-209.
- 23) Ver, a respeito, Oliveira Vianna, *O Ocaso do Império*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1933.
- 24) Citado por José Maria dos Santos, *A Política Geral do Brasil*, p. 211.
- 25) Esta visão ainda é repetida em estudos recentes como o de Eul-Soo Pang e Ron L. Seckinger, "The Mandarins of Imperial Brazil", *Comparative Studies in Society and History*, IX, 2 (Winter, 1972), p. 240.
- 26) Veja José Honório Rodrigues, *Aspirações Nacionais*, São Paulo: Fulgor, 1965, pp. 123-26.
- 27) Veja Simon Schwartzman, *Regional Cleavages and Political Patrimonialism in Brazil*, Tese de Doutorado, Universidade da Califórnia em Berkeley, 1973, p. 46.
- 28) Um exercício semelhante foi tentado por João Camillo de Oliveira Torres em seu *Os Construtores do Império*, pp. 33s.
- 29) Veja Afonso Celso, *Oito Anos de Parlamento. O Poder Pessoal de D. Pedro II*, São Paulo: Melhoramentos, sem data, pp. 24-27.
- 30) A participação dos comerciantes na política era mais discreta. Muito provavelmente sua influência era maior do que deixa supor seu envolvimento na política partidária. Um estudo acurado deste aspecto da política imperial ainda está por ser feito. O apoio de grandes comerciantes do Rio de Janeiro ao movimento

conservador é mencionado por testemunhas como J. M. Pereira da Silva, em seu *Memórias do Meu Tempo*, já citado, Tomo I.

- 31) Consultem-se, para o Rio Grande do Sul, Joseph L. Love, *Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism, 1882-1930*, Stanford: Stanford University Press, 1971; para São Paulo, José Maria dos Santos, *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1960; para Minas Gerais, Oiliam José, *A Propaganda Republicana em Minas*, Belo Horizonte: Edição da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1960.
- 32) Para uma descrição desta luta, veja Maria Efigênia Lage de Resende, "Uma Interpretação sobre a Fundação de Belo Horizonte", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 39 (julho, 1974). pp. 129-161.
- 33) Sobre a reação à lei e os ataques ao imperador, veja Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, 2^o Vol., pp. 373-75.